

Baker prevê acordo informal com FMI

Ivaldo Cavalcante



Num clima «morno», a comissão fez um relato sobre a atual situação da renegociação da dívida

Washington — O secretário do Tesouro dos EUA, James Baker, acredita que o Brasil chegará a um "acordo informal" com o Fundo Monetário Internacional (FMI), e que o Japão colaborará com o governo norte-americano na manutenção do crescimento mundial, apesar da disputa comercial que ambos vêm mantendo.

Em entrevista à UPI, ao lhe ser perguntado se durante as negociações da dívida da Argentina, Chile e Venezuela a Secretaria do Tesouro procurou estimular os bancos a apresentarem as soluções mais rápidas e flexíveis, por causa do problema do Brasil, que há dois meses suspendeu o pagamento dos juros, ele respondeu:

"Não creio que tenhamos interferido por causa da situação de não-pagamento do Brasil". E acrescentou: "Mas também, não é segredo que estamos sempre interessados em fazer com que as reprogramações e as concessões de dinheiro novo sejam tão eficientes e rápidas quanto possível".

Quanto ao Brasil, a solução — disse — dependerá dos resultados de um amplo plano econômico de seu governo. E sobre a exigência do sistema bancário privado, de que o Brasil chegue a algum tipo de acordo com o FMI, para negociar sua dívida, foi esta sua resposta:

"O governo brasileiro disse ter um problema político com um acordo formal com o FMI, mas um problema menor com um acordo informal; resta ver em que medida ele achará mais interessante trabalhar com o Fundo".

Ao lhe pedirem que precisasse o significado da expressão "acordo informal", ele respondeu: "Alguma coisa baseada nas linhas de consulta, como prevê o artigo quarto da carta do FMI".

Segundo o artigo citado, o programa informal poderia ir desde "consultas reforçadas" até um programa econômico para aprovação e acompanhamento pelo Fundo, disseram fontes financeiras.

No que diz respeito às tarifas punitivas dos Estados Unidos a produtos japoneses, Baker é de opinião de que tal medida não prejudicará a colaboração de Washington e Tóquio, com o reforço também da Alemanha Ocidental, para manter o crescimento mundial.

"As duas coisas não estão relacionadas", disse ele à UPI. "As sanções estão vinculadas a um problema comercial referente a semicondutores, iniciado há mais de um ano".

"Mas as medidas macroeconômicas tomadas pelo governo japonês, com base no acordo de Paris, reforçadas por suas iniciativas durante a reunião do Grupo dos Sete em Washington, há duas semanas, são uma coisa totalmente distinta das disputas pelos semicondutores", indicou o secretário do Tesouro.

Em fevereiro, a Alemanha Ocidental, Canadá, Estados Unidos, França, Grã-Bretanha e Japão comprometeram-se a estabilizar a cotação de suas divisas. Em separado, Alemanha Ocidental e Japão também comprometeram-se a estimular suas economias. Os compromissos foram reiterados em Washington há duas semanas, com a participação também da Itália.

"É evidente que o governo do Japão e o Partido Liberal Democrático, no poder, estão decididos a cumprir os compromissos do acordo de Paris e tomar medidas que nos ajudem a resolver os desequilíbrios externos entre nossos dois países: o grande superávit do Japão e o grande déficit dos Estados Unidos", disse Baker.